

DIVISAO DE POLICIA FEDERAL - FOZ DO IGUACU/PR

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08389.001670/2026-95

2. Descrição da necessidade

2.1. A prestação de serviços de transporte de encomendas constitui atividade essencial e imprescindível ao adequado funcionamento das atividades-meio e atividades-fim desta Delegacia, viabilizando a comunicação segura e tempestiva entre as unidades, com particulares, empresas e órgãos públicos em âmbito estadual, nacional e internacional.

2.2. As competências da Polícia Federal, conforme estabelecidas nos incisos I a IV do §1º do art. 144 da Constituição Federal, demandam, entre outras providências, o envio e recebimento regular de encomendas entre suas unidades, necessário para a tramitação de documentos e processos administrativos, remessa de materiais e equipamentos relacionados às investigações e operações (apreensões), comunicação oficial com órgãos públicos e parceiros estratégicos, bem como logística de materiais sensíveis que exigem rastreabilidade e segurança.

2.3. Além das encomendas nacionais de rotina, a Polícia Federal pode necessitar ocasionalmente de serviços de transporte internacional de encomendas, seja para envio de documentos ou itens estratégicos, em conformidade com normas internacionais de remessa postal.

2.4. Trata-se de serviço continuado e o contrato atualmente vigente junto à ECT possui **vencimento previsto para o dia 16 de abril de 2026**. Conforme e-mail recebido dos Correios (145029236), a documentação para a recontração deve ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para evitar a descontinuidade do serviço, ou seja, até 16 de março de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/DPF/FIG/PR	SEBASTIÃO CESAR DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação terá por objeto a prestação de serviços de coleta, transporte e entrega de cargas e encomendas, com abrangência nacional e internacional, visando atender às demandas das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR e suas descentralizadas: Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR e Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR. Trata-se de serviço de natureza continuada, tendo em vista a necessidade permanente de remessa de documentos, materiais e equipamentos indispensáveis às atividades do órgão.

4.2. A empresa contratada deverá possuir capilaridade nacional, sendo capaz de **coletar diariamente** encomendas cuja origem seja Foz do Iguaçu/PR (DPF/FIG/PR), Cascavel/PR (DPF/CAC/PR) e Guaíra (DPF/GRA/PR). As encomendas poderão ter como destino qualquer outra localidade em território nacional, incluindo cidades de difícil acesso, sendo requisito que a contratada disponha de estrutura logística suficiente para garantir a entrega em qualquer unidade da Federação

4.2.1. Além da coleta nos locais previamente indicados, a contratada **deverá possibilitar o despacho de cartas e correspondências diretamente em unidade por ela indicada**, sempre que a coleta diária não puder ser realizada ou quando houver necessidade de envio imediato e urgente, mesmo após a realização da coleta regular.

4.3. A empresa contratada deverá disponibilizar serviços de envio e recebimento de encomendas internacionais, abrangendo coleta, transporte, eventual desembaraço aduaneiro e entrega ao destinatário final, assegurando a continuidade do fluxo logístico em operações transnacionais. Do mesmo modo, para encomendas internacionais, é requisito que a empresa seja capaz de coletar nas cidades de Foz do Iguaçu/PR (DPF/FIG/PR), Cascavel/PR (DPF/CAC/PR) e Guaíra (DPF/GRA/PR).

4.4. Os serviços deverão observar prazos compatíveis com as modalidades expressas e econômicas usualmente praticadas no mercado, ou seja, o futuro prestador deve dispor de categorias distintas de envio (um mais rápido e outro comum).

4.5. A contratada deverá fornecer comprovantes de postagem e de entrega, além de disponibilizar sistema de rastreamento eletrônico em tempo real, acessível à Administração, permitindo o monitoramento de todas as etapas da entrega.

4.6. A contratação deverá contemplar práticas de sustentabilidade, incluindo, sempre que possível, a utilização de frota com menor emissão de poluentes ou com medidas de compensação ambiental, a adoção de soluções digitais que reduzam o consumo de papel e a implementação de logística reversa de embalagens e materiais.

4.7. A contratada deverá garantir a continuidade dos serviços durante toda a vigência contratual, admitindo-se interrupções apenas em casos de força maior ou caso fortuito devidamente justificados.

4.8. Não será permitida a subcontratação de quaisquer etapas do serviço, sendo a contratada responsável integralmente pela execução do objeto contratual.

4.9. A contratação terá prazo inicial de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos do art. 107 da mesma lei.

4.10. O preço contratado deverá ser compatível com os praticados no mercado, não colocando a Administração em desvantagem em relação a outras contratações similares.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para solucionar a necessidade da Administração e suprir os requisitos da contratação, em tese, haveria duas alternativas possíveis: 1º - a execução direta pela Administração, mediante servidores ou terceirizados; ou 2º - a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte e entrega de encomendas, nacionais e internacionais.

5.2. A primeira hipótese consistiria na utilização de servidores públicos ou mesmo de pessoal terceirizado para realizar a coleta, transporte e entrega de encomendas, bem como a gestão de todos os processos logísticos, incluindo o rastreamento, armazenamento temporário e a eventual necessidade de desembaraço aduaneiro de cargas internacionais. Contudo, essa alternativa foge totalmente do escopo institucional da Polícia Federal, cujas atribuições são voltadas à segurança pública, e não à prestação de serviços postais ou logísticos. Além disso, a execução direta demandaria a criação de infraestrutura complexa, aquisição de veículos, sistemas de rastreamento eletrônico, treinamentos especializados, insumos e mão de obra dedicada, o que se revelaria antieconômico, ineficiente e incompatível com o princípio da especialização da atividade estatal.

5.3. A segunda hipótese seria a contratação de empresa especializada para executar os serviços de forma terceirizada. Esta solução apresenta viabilidade técnica e econômica, desde que a empresa contratada possua comprovada capilaridade nacional, infraestrutura adequada para atendimento em todas as localidades estratégicas da DPF/FIG/PR, conforme exposto nos requisitos da contratação.

5.4. Ademais, a complexidade das encomendas internacionais exige experiência consolidada em operações transnacionais, controle de rastreabilidade, cumprimento de normas legais e protocolos de segurança internacionais, reforçando a necessidade de contratação de prestadores especializados no mercado.

5.5. Dessa forma, **conclui-se que a solução adequada é a contratação de empresa especializada**, que siga as técnicas compatíveis com os padrões de mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando os Requisitos da Contratação e as soluções apontadas no Levantamento de Mercado, optou-se por proceder à contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pelos motivos expostos nas cláusulas seguintes.

6.2. De acordo com a legislação aplicável e com a interpretação do Parecer Referencial nº 00002/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU, as contratações dos serviços postais em regime de livre concorrência **devem ser realizadas preferencialmente com a ECT**, empresa pública incumbida da prestação de serviços postais em âmbito nacional (Lei nº 14.744/2023, regulamentada pelo Decreto nº 12.124/2024; e item 77 do Parecer).

6.3. Juridicamente, o termo “preferencialmente” estabelece prioridade de contratação para os Correios. Isso significa que, na ausência de impedimentos logísticos, legais ou administrativos, a ECT deve ser a escolha natural da Administração para a execução dos serviços, refletindo a intenção do legislador de valorizar a estatal como prestadora de serviços públicos, fortalecendo a Administração Federal.

6.4. Nesta esteira, a contratação com a ECT não é meramente facultativa, mas deve ser considerada a alternativa primária sempre que as condições forem compatíveis com os requisitos. Na prática, a lógica se inverte: sempre que a contratação não for realizada com a ECT, deve haver justificativa fundamentada e razoável para afastar a empresa, demonstrando que outra alternativa é apta a atender melhor os requisitos da Administração.

6.5. No nosso caso, os serviços prestados pela ECT atendem plenamente aos Requisitos da Contratação, especialmente no que se refere à **capilaridade nacional**. Consultas ao site da Empresa confirmam que a ECT mantém cobertura em todos os municípios brasileiros, incluindo localidades de difícil acesso. Especialistas do setor também reconhecem essa capilaridade. Por exemplo, Fernando Moulin observa que os Correios são *"a única empresa do setor com presença em todos os municípios do país, com papel importante de capilaridade na distribuição"*.

6.6. A Polícia Federal possui unidades descentralizadas em todos os estados da federação, abrangendo grandes centros urbanos e localidades remotas, notadamente em regiões de fronteira e áreas situadas no extremo norte do país, como Oiapoque/AP. Considerando essa distribuição geográfica, a capilaridade da rede da ECT, incluindo a prestação de serviços internacionais, revela-se essencial para assegurar a continuidade, eficiência e tempestividade no envio de documentos e objetos relacionados às atividades institucionais.

6.7. Dessa forma, a estrutura logística nacional da ECT mostra-se plenamente adequada às necessidades operacionais da Polícia Federal. Nesse contexto, a contratação ocorrerá por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/21 c/c Lei nº 14.744/2023, que autoriza a aquisição de serviços prestados por órgão ou entidade integrante da Administração Pública, criada para este fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com os praticados no mercado, resguardada a preferência para a ECT.

6.8. Em relação ao “preço de mercado”, este será abordado no tópico “8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO”.

6.9. Nesta esteira, conforme Termo e condição de uso (145083632), a Administração demanda os seguintes serviços não exclusivos:

SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS (Conforme exposto em Termos e Condições)	MANIFESTAÇÃO INTEGRANTE
2.1.1. Conveniência: Aquisição de produtos e produtos filatéticos; Caixa Postal; Certificado Digital; Recebimento de doações; Vale Postal Nacional Eletrônico; Balcão do Cidadão; Aquisição de chip; Recarga Correios Celular;	Serviço raramente utilizado, mas necessário manter ativo no contrato para atendimento de demandas eventuais.
2.1.2. Correspondências: Carta; Carta-Resposta; Diretório de Nacional de Endereços – DNE; e-Carta; Entrega Digital; Franqueamento Autorizado de Cartas – FAC; Malote; Remessa Talão de Cheques e Cartões Diversos; Telegrama; V-POST;	Serviço utilizado com frequência e considerado indispensável à rotina da unidade.
2.1.3. Marketing Direto: Mala Direta; Impresso;	Serviço não utilizado pela unidade, podendo ser dispensado do contrato.
2.1.4. Encomendas Nacionais: Comprovante Eletrônico de Entrega; Logística Reversa; Log. Supri; Log +, Transfer Log, Mini Envios; PAC; SEDEX; SEDEX Hoje; SEDEX 10; SEDEX 12;	Serviço utilizado com frequência e considerado indispensável à rotina da unidade.
2.1.5. Serviços Internacionais de Exportação: Carta-Resposta Internacional; Documento. Internacional: Exporta Fácil; Exporta Fácil +; Mala M;	Serviço raramente utilizado, mas necessário manter ativo no contrato para atendimento de demandas eventuais.
2.1.6. Serviços Internacionais de Importação: Correios Packet;	Serviço raramente utilizado, mas necessário manter ativo no contrato para atendimento de demandas eventuais.
2.1.7. Serviços Adicionais (adquiridos junto ao serviço principal, conforme a regra do serviço): Aviso de Recebimento – AR; Coleta; Devolução Eletrônica; Devolução Física; Devolução Garantida; Devolução de Documentos – DD; Devolução Imediata; Grande Formato – GF; Mão Própria – MP; Registro; Pagamento na Entrega; Pedido de Confirmação de Entrega de Telegrama – PC; Cópia de Telegrama – CC; Posta Restante Pedida; Pré- Postagem; Transcrição em Braille; Valor Declarado – VD; Entrega Programada Diurna; Entrega Programada Noturna; Interrupção do Tratamento Eletrônico; Interrupção da Produção dos Objetos.	Serviço utilizado com frequência, devendo ser mantido ativo no contrato. Destacam-se, especialmente, os serviços de Aviso de Recebimento – AR e Coleta, considerados indispensáveis.

6.10. Portanto, com exceção do serviço “2.1.3. Marketing Direto: Mala Direta; Impresso” (que não é utilizado), todos os demais serviços são utilizados pelo setor demandante.

6.12. Conforme formulário de Adesão (145037517) os pacotes atualmente vigentes são PLATINUM, DIAMANTE e INFINITE, **todos abrangendo integralmente os mesmos produtos e serviços**, diferenciando-se apenas pelas condições comerciais. Dessa forma, ao aderir a qualquer desses pacotes, todos os produtos e serviços incluídos são disponibilizados, bastando a solicitação (de eventuais serviços adicionais) via e-mail. O pacote Platinum não possui cota mínima, tornando-o adequado à estimativa de gastos da Administração.

6.13. A estimativa aponta que o gasto mensal ficará (bem) abaixo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme detalhado no tópico 8. *Estimativa do Valor da Contratação* deste documento. Diante desse cenário, e considerando as informações prestadas pela ECT, a opção mais adequada é a **adesão ao pacote PLATINUM**, visto que os demais exigem gastos mínimos superiores ao valor estimado.

6.14. Pretende-se celebrar o contrato pelo **prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período**, em razão da natureza contínua dos serviços, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.15. Os Correios disponibilizarão à Administração, em seu portal na internet, por meio do Sistema de Fatura Eletrônica – SFE ou outro meio hábil, a fatura correspondente aos produtos adquiridos e serviços prestados no ciclo de faturamento. **O ciclo de faturamento escolhido será de 01 a 31, com vencimento no dia 21** de cada mês, por se adequar melhor aos trâmites internos da DPF/FIG/PR.

6.16. Para facilitar as etapas posteriores, esta UPLAN disponibilizou o Formulário de Adesão já parcialmente preenchido com os dados ajustados nos termos deste ETP.

Sustentabilidade

6.17. Considerando a natureza da presente contratação, firmada por meio de **contrato de adesão** com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), registra-se que este setor, no tempo disponível e com os recursos atualmente alocados, não dispõe de condições de negociar individualmente critérios personalizados de sustentabilidade. Além disso, a eventual introdução de tais critérios poderia implicar custos adicionais à ECT, o que, invariavelmente, exigiria a revisão integral da lógica da contratação, podendo, em última análise, descaracterizar a própria natureza do contrato de adesão.

6.18. Ademais, verifica-se que a presente contratação envolve serviços postais não exclusivos, prestados em regime de livre concorrência, cujo impacto ambiental é padrão (comum, indistinto), conforme abordado no item 14. *POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS* deste documento, não havendo externalidades relevantes que justifiquem a inclusão de condicionantes de sustentabilidade diferenciadas.

6.19. Importa destacar que o próprio Parecer Referencial n. 00002/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU, ao mencionar manifestação anterior da AGU, consignou a possibilidade de dispensa de critérios específicos de sustentabilidade (item 125 do Parecer), desde que devidamente justificada, entendimento que se aplica ao presente caso.

6.20. Dessa forma, à luz do entendimento consolidado pela AGU e considerando as peculiaridades do contrato de adesão com a ECT, justifica-se a não adoção de critérios de sustentabilidade específicos nesta contratação, restando atendida a exigência legal mediante a motivação ora consignada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa dos quantitativos dos serviços postais não exclusivos a serem contratados foi elaborada com base no histórico de utilização constante no **Documento de Levantamento de Preços nº 145029292**, considerando-se o quantitativo efetivamente demandado no período analisado.

7.2. Da análise dos dados históricos, constata-se que o consumo médio mensal correspondeu a aproximadamente **8,5 (oito vírgula cinco) envios via PAC e 43,8 (quarenta e três vírgula oito) envios via SEDEX**.

7.3. Não obstante, verifica-se a ocorrência de meses com demanda significativamente superior à média apurada, caracterizando picos de utilização dos serviços postais. Em determinados períodos, foram registrados até **22 (vinte e dois) envios mensais via PAC** e até **114 (cento e quatorze) envios mensais via SEDEX**.

7.4. As referidas variações decorrem da natureza peculiar e imprevisível da atividade policial, a qual, em diversas situações, desenvolve-se sob sigilo operacional, inviabilizando a previsão antecipada da demanda. Operações policiais de maior complexidade podem exigir, de forma repentina, o envio de documentos, materiais e objetos entre unidades, ocasionando elevação expressiva do número de remessas em curtos períodos.

7.5. Nesse cenário, a adoção exclusiva da média histórica como parâmetro para definição dos quantitativos revela-se inadequada, podendo resultar em **subdimensionamento da contratação**, com potencial risco de interrupção ou restrição da prestação dos serviços em momentos críticos para a atividade institucional.

7.6. Diante do exposto, propõe-se a definição de quantitativos estimados em **patamar intermediário**, capazes de compatibilizar a média de consumo com os picos verificados no período analisado, resultando na seguinte estimativa mensal:

- **PAC:** 15 (quinze) envios/mês
- **SEDEX:** 80 (oitenta) envios/mês

7.7. Considerando o período de 12 (doze) meses, as estimativas correspondem aos seguintes quantitativos anuais:

- **PAC:** 180 (cento e oitenta) envios/ano
- **SEDEX:** 960 (novecentos e sessenta) envios/ano

7.8. Os quantitativos estimados têm por finalidade assegurar a continuidade das atividades institucionais da Polícia Federal, mitigando os riscos decorrentes de oscilações abruptas na demanda, sem afastar a observância ao princípio da economicidade.

7.9. Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem **natureza meramente estimativa**, uma vez que a execução dos serviços ocorrerá sob demanda, com pagamento vinculado exclusivamente à efetiva utilização, não configurando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 120.000,00

Quinquenal: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Anual: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);

Mensal: R\$2.000,00 (dois mil reais).

8.1. Após levantamento realizado junto à GESCON/SELOG/DPF/FIG/PR, constata-se que no último ano de execução do contrato atualmente vigente (ano de 2025) a média do consumo mensal foi de R\$1.180,69 (um mil cento e oitenta reais e sessenta e nove centavos), conforme Documento Levantamento de preços 145029292.

8.2. Todavia, a análise detalhada evidencia a ocorrência de meses de pico, em que o consumo de serviços postais não exclusivos foi significativamente superior à média. Tais variações decorrem da natureza imprevisível da atividade policial, que atua sob sigilo das operações (art. 20 do CPC), inviabilizando o planejamento da demanda exata desse tipo de serviço. Grandes operações policiais, por exemplo, envolvem a remessa de documentos, apreensões e objetos entre unidades, muitas vezes sem possibilidade de planejamento prévio.

8.3. A título ilustrativo, nos meses de maior utilização, a média mensal atingiu R\$ 2.618,13 (dois mil seiscentos e dezoito reais e treze centavos), valor significativamente superior à média geral de 1.180,69 (um mil cento e oitenta reais e sessenta e nove centavos). Ademais, períodos de alta demanda podem ocorrer de forma abrupta e não previsível. Esses registros demonstram que a simples média histórica não é suficiente para garantir a cobertura de despesas em meses de maior demanda, podendo ocasionar insuficiência de recursos quando da execução contratual.

8.4. Considerando o histórico de utilização e a imprevisibilidade das operações policiais, não nos parece razoável estimar o valor do novo contrato limitado apenas à média histórica. Ademais, conforme o art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, eventual acréscimo de valor contratual está limitado a 25% do valor inicial. Para contratos de valor baixo, esse limite percentual representa incremento real insuficiente para cobrir eventuais meses de pico, tornando inadequado firmar contrato sem margem.

8.5. Diante do exposto, propõe-se adotar valor em patamar intermediário, de **R\$2.000,00 (dois mil reais) mensais**. Esse valor parece equilibrar a economicidade da contratação com a necessidade de garantir cobertura adequada em meses de demanda elevada (“picos”), resguardando a Administração contra insuficiência de recursos e assegurando a execução contínua das atividades da Polícia Federal.

8.6. Ademais, é necessário pontuar que a estimativa do valor da contratação serve exclusivamente para fins de reserva orçamentária, mas o serviço é prestado “sob demanda”, ou seja, os serviços são utilizados conforme a necessidade da Administração, sendo pagos mensalmente, respeitado o ciclo de faturamento

Do preço de mercado

8.7. A dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/21 (serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública), é possível desde que “o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado”.

8.8. Nesse sentido, também orienta o item 93 do Parecer Referencial nº 00002/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU, exigindo a comprovação da compatibilidade do preço com o mercado.

8.10. Para atender a essa exigência, elaborou-se o MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS E NOTA TÉCNICA (145056089), que apresenta detalhadamente a metodologia adotada e os preços coletados, demonstrando a compatibilidade do valor proposto frente aos demais fornecedores, cumprindo, assim, a previsão legal e as orientações do parecer.

8.11. Em breve resumo, no trecho mais utilizado pela DPF/FIG/PR (Foz do Iguaçu - Curitiba), o preço cobrado pela ECT (R\$39,32) ficou abaixo da média de mercado (R\$41,72), representando vantagem econômica de 2,96%. Nos demais trechos, as pequenas variações observadas, inferiores a 4% (quatro por cento), também indicam compatibilidade com os valores de mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Conforme legislação vigente, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 No caso em tela, todavia, não se aplica o parcelamento (dispensa, contratação preferencial para a ECT por força de Lei, impossibilidade de parcelamento).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O Processo 08389.013633/2018-10 é correlacionado, pois trata-se da contratação anterior, do contrato vigente até 16/04/2026.

10.2. O Processo de contratação nº 08389.009168/2025-41 também está relacionado ao presente: nele são tratados os serviços exclusivos (monopólio dos Correios), enquanto neste constam os serviços não exclusivos (prestados em livre concorrência). Ambos são contratados ao mesmo tempo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Com vistas a evidenciar o alinhamento da presente contratação com os instrumentos de planejamento do órgão, informa-se que a demanda encontra-se devidamente **incluída no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) – exercício 2026**, em consonância com o disposto no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme Documento de Formalização da Demanda nº **166/2025** (SEI nº **144960354**), acostado aos presentes autos eletrônicos.

11.2. Ademais, declara-se que a contratação pretendida **está aderente ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS)** (SEI nº **145133501**) da Polícia Federal, na medida em que visa à racionalização e ao adequado planejamento da contratação de serviços postais, com utilização sob demanda, evitando desperdícios de recursos, contribuindo para a eficiência administrativa e para a mitigação de impactos ambientais associados à logística institucional.

11.3. Dessa forma, resta demonstrado que a presente demanda está devidamente alinhada tanto ao **Plano de Contratações Anual (PCA)** quanto ao **Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS)** do órgão, atendendo ao disposto no art. 7º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, bem como à orientação exarada no item 45 do **Parecer Referencial nº 00002/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços postais junto aos Correios, em especial PAC e SEDEX, visa assegurar a continuidade e eficiência no envio de encomendas de interesse da Polícia Federal, permitindo que documentos, processos e materiais sejam movimentados entre unidades e órgãos de forma ágil e segura.

12.2. Além de atender à rotina administrativa, a contratação oferece suporte às operações policiais, garantindo que remessas estratégicas ocorram sem atrasos, resguardando a efetividade das investigações, como no caso do envio de materiais apreendidos em operações, que frequentemente demandam tramitação urgente.

12.3. Ao assegurar a disponibilidade contínua desse serviço, a Administração obtém maior previsibilidade e controle sobre os envios, minimizando riscos de atrasos, extravios ou prejuízos decorrentes da utilização de alternativas informais ou não padronizadas.

12.4. Por fim, a contratação permite à Polícia Federal concentrar esforços em suas atividades-fim, transferindo à instituição especializada, com cobertura nacional, a responsabilidade operacional pelo transporte e logística de correspondências e encomendas, garantindo maior eficiência e confiabilidade na execução dos serviços postais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para firmar o novo contrato, deve-se terminar de preencher o Formulário de Solicitação de Contratos Novos (142849593), disponibilizado nos autos deste processo, seguindo os passos citados no próprio formulário.

13.2. Para a execução do contrato, não há necessidade de nenhuma providência adicional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) pode gerar impactos ambientais relacionados a emissões veiculares, consumo de papel e materiais de embalagem, e geração de resíduos sólidos. Tais impactos estão alinhados às categorias identificadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (145030039), que recomenda considerar os efeitos ambientais das contratações públicas.

14.2. No que tange às emissões veiculares, trata-se de impacto vinculado à frota utilizada pela ECT, sendo esta variável de responsabilidade da prestadora e fora do controle direto da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR (DPF/FIG/PR). Ressalte-se, contudo, que a ECT já desenvolve programas de modernização e transição ecológica da frota, incluindo investimentos na aquisição de veículos elétricos e em infraestrutura logística mais sustentável, contribuindo para mitigar tais efeitos, conforme as práticas recomendadas pelo guia.

14.3. Em relação ao consumo de papel e materiais de embalagem, identifica-se a possibilidade de geração de resíduos sólidos. Nesse ponto, a DPF/FIG/PR já adota postura de incentivo à utilização de canais digitais sempre que possível, reduzindo a necessidade de impressões e correspondências físicas, além de manter práticas voltadas à reciclagem e ao descarte ambientalmente adequado de papéis e embalagens. Essas ações estão alinhadas com as diretrizes do Guia.

14.4. Dessa forma, os impactos ambientais da contratação são de baixa magnitude, sendo em grande parte mitigados pelas práticas já adotadas pela ECT e/ou pela DPF/FIG/PR, não havendo necessidade de medidas adicionais complexas neste momento.

14.5. Em atenção às orientações do Guia, a DPF/FIG/PR manterá o monitoramento do consumo de materiais, priorizará meios digitais sempre que possível, incentivará a reciclagem, buscando reduzir impactos e promover sustentabilidade de forma prática e viável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da viabilidade:

15.1.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – Secretaria de Gestão do MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

15.1.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.1.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SEBASTIAO CESAR DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 17:17:55.

CAMILA CHMIEL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 16:40:11.

CAROLINA HOLZBACH HUNING

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 11:33:54.